

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º DE 2002. (Dos Srs. Milton Temer e Nelson Pellegrino)

Solicitam seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Defesa - Sr. Geraldo Magela da Cruz Quintão, para debater sobre o relatório denominado "Operação Planeta" elaborado por Procuradores do Ministério Público Militar em conjunto com oficiais do Exército.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requeremos a V.Excia., que ouvido o Plenário desta Comissão seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Defesa - Sr. Geraldo Magela da Cruz Quintão, para debater em Reunião de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos o relatório denominado "Operação Planeta" elaborado por Procuradores do Ministério Público Militar em conjunto com oficiais do Exército.

JUSTIFICATIVA

Matéria publicada pela revista Carta Capital, edição n.º 178, intitulada "Balas Perdidas" traz ao conhecimento de todos a existência de um relatório elaborado conjuntamente por Procuradores do Ministério Público Militar e oficiais do Exército tratando da circulação e credenciamento de armas de fogo no Brasil, no exato momento em que se discute políticas na área da Segurança Pública, dentre elas ações no sentido de promover o desarmamento da sociedade.

Segundo informações colhidas pelo Repórter Maurício Dias, a "Operação Planeta" teria a função de desmascarar um esquema de fraudes e suspeitas de corrupção existente no Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC), instalado no Rio de Janeiro e com prováveis ramificações em Brasília.

Tal operação esperava apreender um arsenal irregular de no mínimo 1.493 armas dos mais variados calibres incluindo aí fuzis, metralhadores, pistolas 9mm além de munições para as mesmas.

Entretanto a chamada "Operação Planeta" teria sido abortada pela própria Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), através da edição de portarias liberando armas anteriormente proibidas facilitando com isso a circulação particular de armas de pesado calibre.

Além disso, o objetivo de moralizar o registro de armas no Brasil não foi possível devido a demora do Comando Militar do Leste em responder ao ofício do Ministério Público Militar que solicitava então a relação das armas de uso restrito registradas oficialmente e que desrespeitavam as restrições legais.

Vale destacar que o trabalho elaborado pelos Procuradores aponta razões que facilitam a entrada de armamento ilegal no Brasil tais como: a) quase dezesseis mil quilômetros de fronteira seca e com inúmeros locais de passagem para os países vizinhos; b) lucro certo e alto; c) fraco aparato policial de repressão ao tráfico de armas; d) grande número de campos de pouso e e) regiões de pobreza que favorecem trabalho para a mão de obra ociosa dentre outras.

Diante dos fatos expostos na matéria supracitada, que envolve grandes interesses comerciais, contrabando, tráfico internacional de armas, favorecimento de grupos do setor de material bélico, enfraquecimento por parte do próprio governo federal da política de desarmamento da população, é que reputamos ser da maior importância a aprovação do presente pedido para realização de Audiência Pública conjunta.

Sala das sessões, em de março de 2002.

Nelson Pellegrino
Deputado Federal PT/BA

Milton Temer
Deputado Federal PT/RJ